

PERFIL NACIONAL DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

Carlos Alberto Serra Negra

Contador, Professor do Instituto Católico de Minas Gerais e Membro do IBRACON

O presente trabalho tem por finalidade mostrar os resultados de uma pesquisa sobre Cursos Superiores de Ciências Contábeis a nível institucional.

São abordadas informações levantadas sobre a distribuição geográfica das instituições/cursos, sistema de dependência administrativa das instituições, se públicas ou particulares; os regimes de matrículas adotados no país e considerações sobre o vestibular e turno dos Cursos de Ciências Contábeis.

Os resultados obtidos comprovam fatos do conhecimento empírico de muitos sobre cursos de graduação, como também apresenta alguns novos aspectos das características das instituições de ensino superior.

1 INTRODUÇÃO

Existe no Brasil um número ainda muito pequeno de profissionais que se dedicam à pesquisa cujo objetivo seja apurar e analisar o universo acadêmico de Ciências Contábeis. Os poucos que se aventuram por estes caminhos embasam suas pesquisas em opiniões de alunos e professores. Por certo estas pesquisas tentam evidenciar situações que apontem problemas educacionais brasileiros e mais especificamente os dos Cursos de Contabilidade.

Nos trabalhos desenvolvidos desses autores, principalmente àqueles apresentados nos dois últimos Congressos Brasileiros de Contabilidade, Salvador em 1992 e Fortaleza em 1996, observa-se uma preocupação muito grande quanto :

- a) Currículo;
- b) Corpo Docente;
- c) Metodologia de Aula;
- d) Corpo Discente.

Poucos têm-se preocupado com a instituição de ensino superior, mesmo quando são analisadas deficiências infra-estruturais dos Cursos de Contabilidade tais como : falta de acervo significativo em bibliotecas, número adequado de alunos em sala de aula, ambiente físico do ensino, inexistência de laboratórios específicos do curso (informática e escritório modelo), etc.

Nota-se claramente uma carência de pesquisas relacionadas ao conhecimento das Instituições de Ensino Superior de Ciências Contábeis.

Neste sentido considera-se, ainda que com certa superficialidade, o desenvolvimento desta pesquisa, na medida que permite aumentar o conhecimento para análise de pesquisadores da Área Contábil.

O objetivo primaz desta pesquisa foi o de traçar um quadro referencial das Instituições de Ensino Superior de Ciências Contábeis e, se possível, despertar o interesse de muitos colegas à prática da pesquisa e ao conhecimento de um universo ainda desconhecido.

2 METODOLOGIA DA PESQUISA

Partindo da premissa de RUIZ (1982) que

“qualquer espécie de pesquisa, em qualquer área, supõe e exige pesquisa bibliográfica prévia, quer à maneira de atividade exploratória, quer para o estabelecimento do “status quaestionis”, quer para justificar os objetivos e contribuições da própria pesquisa.”

Houve a opção por uma pesquisa bibliográfica mas que tivesse caráter mais quantitativo que qualitativo devido a necessidade de se conhecer o perfil das IES do País. Para realização dessa pesquisa iniciou-se uma revisão bibliográfica pertinente ao assunto.

A pesquisa foi centrada na quantificação dos Cursos Superiores de Ciências Contábeis. Este número após tabulados os dados revelou ser de 326 cursos no País, identificados em 275 instituições de graduação. Não foi levado em consideração, para esta pesquisa, o fato e conseqüentemente a contagem, de uma mesma IES possuir um Curso de Ciências Contábeis com aulas em diferentes turnos. Porém foi computado neste total a mesma IES ter curso em locais/cidades diferentes. Dessa forma o universo da pesquisa foi também, em alguns casos, o tamanho da amostra.

A pesquisa bibliográfica quantitativa se apoiou principalmente em dois documentos: o primeiro é o Cadastro de Instituições e Cursos editado em 1994 pelo Ministério de Educação e Desporto – MEC; o segundo foi o Guia do Estudante publicado pela Editora Abril também em 1994. Em ambos os documentos houve um exaustivo levantamento de dados uma vez que ora se verificava os dados por curso, ora por instituições e conjugando os seus respectivos resultados.

No processo de coleta de dados foi trabalhado duas variáveis estatísticas:

a) Variável Independente

Nome da instituição, Estado de origem e Dependência administrativa.

Dados que ambos os documentos de suporte continham.

b) Variável Dependente

Regime de Matrícula, Vestibular e Turnos dos cursos.

Dados que não haviam para todas as instituições.

Foi utilizado o *software* Excel da Microsoft para tabulação de dados e cálculos dos percentuais da pesquisa. Cabe observar que nem todos os campos da planilha de tabulação de dados possuíram respostas, em virtude das variáveis acima identificadas, fato que originou-se os chamados “*missing values*”, ocasionando divergência entre o somatório e total das amostras. Tal fato contudo foi considerado estatisticamente não afetando os resultados e as análises.

Dessa forma trabalhou-se com quatro grupos de amostras distintos:

- 1ª Amostra – Igual a população pesquisada – 326 cursos, para os itens de Distribuição geográfica e Dependência administrativa.
- 2ª Amostra – Com 264 cursos para o item de Sistema de matrícula.
- 3ª Amostra – Com 290 cursos para o item de Vestibular.
- 4ª Amostra – Com 193 cursos para o item Turno dos cursos.

Observa-se que para uma população de 326 cursos as quatro amostras são altamente significativas dentro dos conceitos da estatística.

3 ANÁLISE DOS RESULTADOS

3.1 Distribuição Geográfica

Da tabulação dos dados trabalhou-se, inicialmente, a distribuição geográfica dos Cursos de

Ciências Contábeis pelo País em termos de Estado e Região. Na Tabela 1 temos a distribuição por Estados.

Tabela 1
DISTRIBUIÇÃO POR ESTADOS

ESTADO	FREQÜÊNCIA	%
Alagoas	2	0,62
Amazonas	3	0,92
Bahia	9	2,76
Ceará	4	1,23
Distrito Federal	5	1,53
Espirito Santo	11	3,37
Goiás	4	1,23
Maranhão	3	0,92
Minas Gerais	28	8,59
Mato Grosso do Sul	6	1,84
Mato Grosso	13	3,99
Pará	5	1,53
Paraíba	3	0,92
Pernambuco	5	1,53
Piauí	4	1,23
Paraná	30	9,20
Rio de Janeiro	39	11,96
Rio Grande do Norte	5	1,53
Rio Grande do Sul	42	12,88
Rondônia	3	0,92
Roraima	1	0,31
Santa Catarina	20	6,13
Sergipe	2	0,62
São Paulo	77	23,62
Tocantins	2	0,62
TOTAL	326	100,00

A pesquisa revelou conforme podemos notar na Tabela 1 a inexistência de Curso de Ciências Contábeis no Estado do Acre e no Amapá.

Observa-se a predominância de quantidade de cursos nas chamadas regiões desenvolvidas – Sul e Sudeste, caracterizada pela predominância também, do maior número de empresas do País. Como o campo de atuação contábil é principalmente as empresas, esta distribuição reflete a distribuição das atividades econômicas empresariais de cada região.

Tabela 2
DISTRIBUIÇÃO POR REGIÃO

REGIÃO	FREQÜÊNCIA	PERCENTUAL
Sul	92	28,22
Sudeste	155	47,55
Centro-Oeste	28	8,59
Norte	14	4,29
Nordeste	37	11,35
Total	326	100,00

Outra correlação bastante importante da distribuição geográfica é a posição das maiores freqüências de Cursos por Estados e o Número de publicações técnico-científicas de cada um deles. A Tabela 3 mostra esse "ranking".

Tabela 3
PARTICIPAÇÃO DAS MAIORES FREQÜÊNCIAS

Posição	Estado	Frequência	Participação Relativa %	Participação Absoluta %
1ª	São Paulo	77	35,65	23,62
2ª	Rio Grande do Sul	42	19,44	12,88
3ª	Rio de Janeiro	39	18,06	11,96
4ª	Paraná	30	13,89	9,20
5ª	Minas Gerais	28	12,96	8,59

Observa-se que apenas cinco dos vinte cinco Estados possuem uma representatividade de 66,26% dos cursos de todo o País. São nestes Estados que há a maior participação na produção científica contábil (livros, revistas, teses, artigos) como vemos na Tabela 4.

Tabela 4
PÚBLICAÇÕES NA ÁREA CONTÁBIL

PUBLICAÇÃO	ESTADO
1 - REVISTAS	
Revista do Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul	RS
Cadernos de Contabilidade da PUC-MG	MG
Enfoque: Reflexão Contábil da UEM	PR
Contabilidade Vista & Revista da UFMG	MG
Revista Brasileira de Contabilidade	DF
2 - EDITORAS DE LIVROS DE CONTABILIDADE	
Edições Aduaneiras	SP
APEC Editora	RJ
Editora Atlas	SP
Ediouro	RJ
Editora da Escola Administração Fazendária	DF
Editora Forense Universitária	RJ
Editora da Fundação Getúlio Vargas	RJ
Editora Interamericana	RJ
Editora Interciência	RJ
Makron Books	SP
Editora Pioneira	SP
Editora Saraiva	SP
Editora Sulina	RS
Editora da Universidade Federal do Ceará	CE
Editora da Universidade Federal do Espírito Santo	ES
Editora da Universidade Federal de Minas Gerais	MG
Instituto Augusto Tomelini - UNA	MG

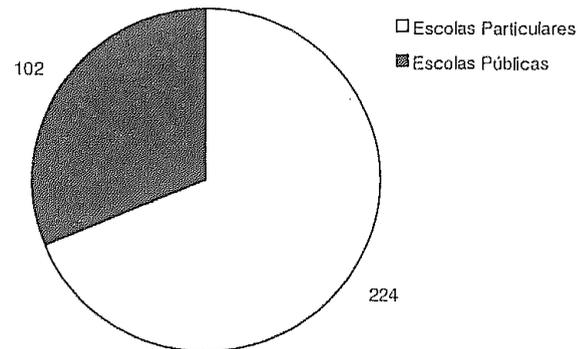
Fonte: SEVERINO, A. J. *Metodologia do trabalho científico*. 20. ed. São Paulo: Cortez, 1996.

3.2 Dependência Administrativa

A tabulação dos dados neste item não apresenta discrepância do senso comum quando comparados em termos de dependência administrativa das instituições, ou seja: já é sabido que o número de cursos ligados às Instituições Privadas são superiores às Instituições Públicas no País. Os dados são mostrados na Figura 5. A conviven-

cia de um sistema híbrido (Escolas Públicas e Particulares) tem causado muita discussão no Brasil e nos muitos países que o adotam, pois verifica-se um discreto entre o aluno que tem capacidade financeira para pagar um curso e entra na Escola Pública, que é gratuita, daquele aluno que não tem condições financeiras e acaba por ter que cursar Escolas Particulares.

Figura 5
INSTITUIÇÕES
POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA



O que de novo a pesquisa revelou foi a participação equilibrada entre as Instituições Públicas que oferecem o Curso de Ciências Contábeis nas esferas Municipal, Estadual e Federal, conforme Tabela 6. Há de se ressaltar que das Instituições Públicas Municipais (30) cerca de 53,33 % está no Estado de Santa Catarina (16) e 20 % está no Estado de São Paulo (6).

Tabela 6

INSTITUIÇÕES PÚBLICAS	
INSTITUIÇÃO	QUANTIDADE
Municipal	30
Estadual	32
Federal	40
Total	102

Das Instituições Públicas Estaduais que oferecem Cursos de Ciências Contábeis o grande destaque está para o Estado do Paraná que sozinho detém 46,8 % dos cursos.

Nas Instituições Públicas Federais o quadro se mantém mais homogêneo, perfazendo uma média de 1 a 3 cursos por Estado.

3.3 Sistema de Matrícula

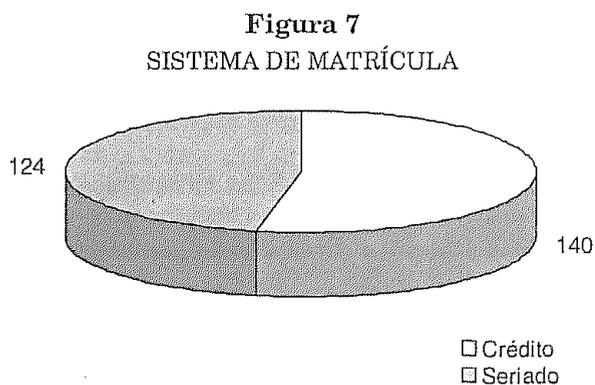
Na legislação brasileira, pertinente ao ensino superior há dois tipos de sistema ou regimes de matrícula: o Regime seriado e o Regime de matrícula por disciplina, também conhecido por Regime ou Sistema de créditos.

No Regime de matrícula seriado as disciplinas são distribuídas em séries anuais, de tal forma que um curso de graduação determinado tem a sua duração fixada em certo número de anos e a cada série o seu plano de estudos preenchido por um conjunto de disciplinas a que todos os alunos da série devem cursar. Na opinião de CARVALHO (1975) "*É fácil identificar o inconveniente fundamental que o vicia: exigir de todos os alunos (da série) a mesma soma de trabalho, sem levar em conta as diferenças individuais*". Apesar deste inconveniente o regime vem subsistindo às críticas pelas facilidades que oferecem às escolas no plano da administração acadêmica.

O Regime de matrícula por disciplina, como o próprio nome diz, é a matrícula que permite o aluno a escolher as disciplinas que vai cursar, respeitados os pré-requisitos que asseguram a ordenação lógica de estudos em períodos letivos de um semestre e dosar sua capacidade efetiva de trabalho escolar. Este regime acarreta às escolas maiores problemas quanto a elaboração de planos de estudos individualizados dos alunos.

No que concerne ao ensino de Curso Superior de Ciências Contábeis a Resolução 03/92 do MEC em seu Artigo 5º assegura que para qualquer regime de matrícula a duração mínima do curso será de quatro anos para cursos diurnos e de cinco anos para os cursos noturnos.

Na pesquisa realizada foram levantados as seguintes posições institucionais quanto a regimes de matrícula, conforme Figura 7.

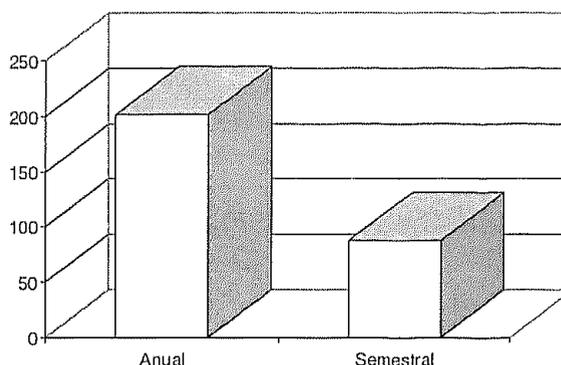


3.4 Vestibular

Conforme determina os Artigos 1º e 2º do Decreto nº 68908 de 13/07/71 a admissão aos cursos superiores de graduação é realizada mediante a classificação de concurso de vestibular. O sistema consiste em processo classificatório com aproveitamento dos candidatos até o limite de vagas de cada curso, fixados em edital da instituição, excluindo-se o candidato com resultado nulo em qualquer prova.

A pesquisa revelou a predominância do vestibular anual, com 202 cursos com vestibular anual contra 88 cursos com vestibular semestral, conforme Figura 8.

Figura 8
VESTIBULAR



Há de ressaltar que ao analisarmos a maioria absoluta do concurso de vestibular anual de 70% não foi possível detectar o sistema de entrada nos cursos, haja visto que existem instituições com vestibular anual e com uma única entrada (no início de cada ano) e outras com duas entradas no ano letivo (no início de cada semestre).

Outra relação importante ao meu ver que a pesquisa não constatou foi a dicotomia entre vestibular e regime de matrícula.

3.5 Turnos dos Cursos

Em trabalhos apresentados nos congressos de contabilidade e nos poucos artigos que tratam da área de educação é senso comum, sem o uso de pesquisas quantitativas que a maioria dos Cursos de Ciências Contábeis são noturnos. Esta constá-

tação pode ser observada nos trabalhos de OLIVEIRA (1996), PARMA (1990), FAVERO (1992), TAKAKURA (1992), SCHMIDT (1992) e KOLIVER (1991), dentre outros. O resultado da pesquisa consta na Tabela 9 na qual se confirma quantitativamente a constatação empírica.

Tabela 9
TURNOS DOS CURSOS

TURNOS	FREQÜÊNCIA	PERCENTUAL
Manhã	3	1,55
Manhã e Tarde	2	1,04
Manhã e Noite	21	10,88
Manhã, Tarde e Noite	5	2,59
Tarde	2	1,04
Tarde e Noite	4	2,07
Noite	156	80,83
SOMATÓRIO	193	100,00

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa ainda que restritiva nos fatores analisados proporciona-nos um perfil institucional do ensino de Ciências Contábeis no Brasil. Sabemos que muitos fatores devem ser levantados, analisados e correlacionados para que este quadro se configure de modo mais completo. Esta tese reforça a necessidade de novos trabalhos de pesquisa. É sem sombra de dúvidas um campo vastíssimo de indagações a serem respondidas.

Se considerarmos que a partir de 1945 através do Decreto Lei nº 7988 que veio a estabelecer o Curso Superior de Ciências Contábeis e Atuariais, esta pesquisa revela nos dias atuais o "boom" pelo qual passa o ensino de contabilidade como um dos mais expressivos cursos de graduação do País.

5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Ministério de Educação e do Desporto. *Educação Superior - Graduação: cadastro de instituições e cursos*. Brasília: MEC/SAG/CPS/SEEC, 1994.

CARVALHO, G. I. *Ensino Superior: legislação e jurisprudência*, São Paulo: Revista dos Tribunais, 1975.

BRASIL. Decreto-Lei n. 68908 de 19 de julho de 1971. Dispõe sobre o concurso de vestibular para admissão aos cursos superiores de graduação. *Diário Oficial* [da República Federativa do Brasil], Brasília, 1971.

EDITORA ABRIL S/A. *Guia do estudante*. São Paulo: Abril, 1994.

FAVERO, H. L. Análise crítica do ensino de ciências contábeis. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CONTABILIDADE, 14, Salvador, 1992. *Vivenciando o futuro: o contador do ano 2000*. Salvador: Conselho Federal de Contabilidade, 1992. v. 3, p. 39-52.

KOLIVER, O. Reflexões e tentativa de diagnóstico e prognóstico sobre a formação do contador nas décadas vindouras. *Revista do Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul*, Porto Alegre, CRCRS, v. 20, n. 66, 1991.

OLIVEIRA, M. C. *A formação e a inserção no mercado de trabalho dos bacharéis em Ciências Contábeis graduados no Município de Fortaleza*. São Paulo: FEA/USP, 1996. (Resumo de Dissertação de Mestrado).

PARMA, H. O magistério contábil brasileiro. *Contabilidade Vista & Revista*, Belo Horizonte, v. 2, n. 1, 1990.

BRASIL. Resolução n. 3 de 05/10/1992. Fixa os mínimos de conteúdo e duração do curso de graduação em Ciências Contábeis. *Diário Oficial* [da República Federativa do Brasil], Brasília, 20 de outubro de 1992.

RUIZ, J. Á. *Metodologia científica: guia para eficiência nos estudos*. São Paulo: Atlas, 1982.

SEVERINO, A. J. *Metodologia do trabalho científico*. 20. ed. São Paulo: Cortez, 1996.

TAKAKURA, M. A formação profissional do contabilista. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CONTABILIDADE, 14, Salvador, 1992. *Vivenciando o futuro: o contador do ano 2000*. Salvador: Conselho Federal de Contabilidade, 1992. v. 3, p. 85-89.